

LUZ E SOMBRA NO PERCURSO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA.

LIGHT AND SHADOW IN THE CURRICULAR ROUTE OF CHILDREN EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF ARARAQUARA.

Eliza Maria Barbosa¹

Júlia Inês Pinheiro Bolota Pimenta²

Resumo: O artigo apresenta a trajetória de constituição da rede municipal de Educação Infantil de Araraquara/SP, revelando o movimento de avanços e descontinuidade de políticas e ações com vistas à consolidação de uma proposta curricular que expresse as especificidades daquela rede, ao mesmo tempo em que visa, pioneiramente, superar a hegemônica e prevalecente concepção assistencialista do então pré-escolar. Buscamos demonstrar as contradições próprias dos processos históricos que, ora produziram cenários locais dissidentes das políticas nacionais, ora as incorporaram. Por meio de um recorte nas duas últimas décadas contextualizamos as últimas reflexões e iniciativas que precederam e originaram a criação do Programa Cresça e Apareça, programa de formação continuada de educadores e professores daquela rede, que tinha por finalidade e sob os preceitos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica, repensar os conteúdos necessários à humanização das crianças, incorporá-los às práticas dos educadores e professores, em substituição à tendência nelas evidenciada, em sublimar o ensino de conceitos e desenvolvimento de novas habilidades exigidas para consolidar nas crianças, sua condição de sujeitos sócio-históricos. O programa tinha ainda o objetivo de escrever uma nova Proposta Curricular. Revelamos os passos que foram dados no interior do Programa Cresça e Apareça, reafirmando nossa compreensão de que o ensino sistemático e intencional da experiência coletiva, sintetizada nas ciências, oferecido às crianças que frequentam a Educação Infantil, tem a prerrogativa de assegurar-lhes o desenvolvimento pleno de sua humanização.

Palavras-Chave: Psicologia Histórico-Cultural. Currículo. Educação Infantil. Ensino.

Abstract: The article presents the trajectory of constitution of the municipal Early Childhood Education of Araraquara/SP, revealing the movement of advances and discontinuity of policies and actions with a view to consolidating a curricular proposal that expresses the specificities of that network, at the same time as it aims, first of all, to overcome the hegemonic and prevailing assistentialist conception of the preschool. We seek to demonstrate the contradictions inherent in historical processes that have sometimes produced dissenting local scenarios of national policies, and then incorporated them. Through a cut in the last two decades we contextualize the last reflections and initiatives that preceded and originated the creation of the Program Grow and Appear, a program of continuous formation of educators and teachers of that network, whose purpose was and under the theoretical precepts of Cultural-Historical Psychology and Critical-Historical Pedagogical, rethink the contents necessary to the humanization of children, to incorporate them in the practices of educators and teachers, in substitution of the tendency in them, to sublimate the teaching of concepts and the development of new skills required to consolidate in the children, their status as socio-historical subjects. The program also had the objective of writing a new Curriculum Proposal. We reveal the steps that have been taken within the Grow and Appear Program, reaffirming our understanding that the systematic and intentional teaching of the collective experience, synthesized in the sciences, offered to children who attend Early Childhood Education, has the prerogative to assure them the development full of their humanization.

Keywords: Cultural-Historical Psychology. Curriculum. Early Childhood Education. Teaching.

¹ Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e professora Assistente Doutor II do Departamento de Psicologia da Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista.. E-mail: eliza@fclar.unesp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9452-6008>.

² Mestre em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Professora assistente I da Universidade de Araraquara. E-mail: juliapim@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1939-3580>.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas notamos uma acentuada preocupação com a discussão e proposição de parâmetros para a construção curricular da infância. Tal proposição se expressa no conjunto de publicação de documentos regulatórios editados por órgãos ministeriais, nos frequentes movimentos de revisão que ocorrem por iniciativa das secretarias ou departamentos municipais de educação e se justifica, por um avanço singular das contribuições advindas do campo acadêmico ao revelar a relação entre as necessidades formativas das crianças e a qualidade das experiências que as edificam. Em meio à polissemia dessas contribuições, o substrato teórico da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica põe em destaque aquela relação evidenciando que não se trata de quaisquer necessidade ou experiência, mas das necessidades próprias da condição de humanização não assegurada pela natureza biológica e das experiências produzidas nos contextos educativos escolares, reconhecendo sua especificidade no processo de constituição do sujeito ontogenético.

Este referencial teórico subsidiou a formação continuada oferecida aos professores e educadores³ da rede de Araraquara e o esboço da proposta curricular, justamente para contrapor-se à concepção que hegemonicamente condicionava as práticas daqueles profissionais, marcadas pela ausência de uma intencionalidade pedagógica e espontaneísmo. Essa ausência demonstrada em pesquisas de Barbosa (2008) e Silva (2008) somou-se aquela preocupação crescente das últimas décadas referidas anteriormente e exigiram urgentes iniciativas por parte da equipe técnico-pedagógica daquela secretaria de educação.

Barbosa (2008) em pesquisa realizada naquela rede, fornece um panorama extenso dos elementos pedagógicos e teóricos que se encontravam legitimados pelas práticas dos professores, indicando a adesão a uma perspectiva pedagógica que naturaliza o desenvolvimento infantil, pois compreende-o como resultado de ações das próprias crianças, sem intervenção dos adultos e conseqüentemente cria uma noção de sociabilidade que prescinde da mediação do conhecimento (MIRANDA, 2005). As práticas investigadas limitam-se a acompanhar os interesses infantis, uma excessiva valorização de atividades de rotina e de brincadeiras livres, sem que se expresse conjuntamente a estreita relação entre o desenvolvimento e aquilo que o promove, as relações de produção de conhecimentos, saberes e técnicas culturais, sem as quais nenhum desenvolvimento acontece de forma efetiva.

Corroborando com essas análises, a pesquisa de Silva (2008) teve como objetivo investigar se as ações educativas desenvolvidas pelos educadores da rede de Araraquara promoviam o cuidar e educar, considerando a ligação imprescindível entre eles para a promoção do desenvolvimento psicológico das crianças menores de três anos. À luz dos preceitos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural a autora afirma que o trabalho docente ainda está mais voltado para questões assistenciais do que educativas e, quando as atividades educativas aparecem, muitas vezes são inadequadas ou até mesmo empobrecidas diante das possibilidades de práticas educativas para com esta criança pequena.

Mediante este cenário a equipe técnico-pedagógica da secretaria municipal de educação Araraquara desencadeou, em parceria com a Universidade⁴, um processo de revisão das práticas assistemáticas reveladas, desencadeando ações prioritárias que articulavam a formação continuada dos professores e educadores, a promoção de práticas educativas intencionais e a revisão dos pressupostos teóricos tendo em vista a construção de uma proposta curricular para a rede de Educação Infantil. Na segunda parte deste texto, essas ações serão melhor detalhadas, antes porém, apresentamos a trajetória de constituição dos pressupostos teórico-práticos que em diferentes momentos históricos balizaram os documentos curriculares desse município.

2 LUZ E SOMBRA: o processo histórico de constituição dos preceitos curriculares da Educação Infantil em Araraquara.

Nesta parte do texto, abordaremos a história de constituição das concepções curriculares de

³ Os professores são os profissionais graduados em Pedagogia que atuam nas turmas de três a seis anos de idade e os educadores, nas turmas de Berçário I e II. Nesses agrupamentos as crianças têm entre 4 e 28 meses de idade. Os educadores são profissionais técnicos com formação em nível médio, não inclusos na carreira do magistério.

⁴ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

Araraquara, visando demonstrar que apesar dos constantes esforços, ela é tangenciada por um artifício de ocultação. Isso decorre, como pretendemos demonstrar a seguir, de fases predominantes de desarticulação entre os pressupostos teórico-práticos anunciados nos documentos ou propostas curriculares e sua materialização nas práticas, ausência de políticas consistentes de investimentos em formação continuada, fiscalização e financiamento e ainda, a insuficiência de concepções naturalizantes e assistencialistas comuns a diversas redes brasileiras. Procura-se na luz o que se deixa ocultar nas sombras, ou seja, em consonância com a contradição própria do movimento histórico, embora reconhecamos reiteradamente a necessidade de rever as concepções sobre os currículos para a infância, tal revisão nem sempre se faz acompanhada de ações a longo prazo que vinculem efetivamente o discurso e as práticas. Essa ocultação se acentua ainda mais quando as ações de revisão dos pressupostos curriculares ocorrem para cumprir agendas externas de âmbitos estaduais e federais. A metáfora do candeeiro de Walter Benjamin, ilustra essa ocultação.

Um bêbado procurava afanosamente sob um candeeiro uma moeda. Perguntado aonde tinha deixado cair, respondeu que havia sido algures sob a sombra; mas procurava-a ali, sob o candeeiro, não por que lá estivesse, mas porque só ali havia luz e esta era a condição para a achar. (BENJAMIN, apud SARMENTO, 2007, p.25).

A história da Educação Infantil no município de Araraquara apesar de inserir-se nessa ocultação, recorrente à constituição de outras redes, comporta especificidades. Do início comum destacamos a criação dos Parques Infantis nas décadas de 1940, 50, 60 e 70 respectivamente: Leonor Mendes de Barros, Carmelita Garcez, Eloá do Vale Quadros e Dona Cotinha de Barros. Esses Parques foram construídos em regiões estratégicas tendo em vista a assistência em diversas modalidades: médica, nutricional, recreativa e educacional com ênfase nas duas primeiras.

Durante a década de 1970, houve um crescimento acentuado da população acompanhando a transformação econômica do município, que substituiu a vocação de cidade ferroviária pela indústria e agricultura que passou a requerer mão de obra feminina, impondo a necessidade de adequação e ampliação do atendimento das crianças pequenas. Entretanto, a saída das mães para o trabalho responsabilizava a guarda dos filhos menores aos maiores, produzindo uma evasão escolar dessas crianças e jovens em idade escolar. Faz-se sombra onde deveria haver luz, os filhos da classe trabalhadora se evadem das escolas de ensino primário, caracterizando uma perversão inaceitável. Neste horizonte, a iniciativa vindoura de criação de instituições que superaríamos esta evasão, ocorre marcada, de um lado por uma permanência e de outro por um avanço que lhe confere singularidade em relação à tendência nacional.

Enquanto nacionalmente se buscava aperfeiçoar os espaços de guarda e assistência às crianças, em Araraquara se concebia, ainda que preliminarmente, instituições de caráter educativo, culminando na criação dos Centros de Educação e Recreação vinculados à antiga Diretoria de Educação e Cultura do Departamento de Educação, Cultura, Saúde e Promoção Social e não no Departamento de Bem-Estar Social⁵ ou Secretaria de Ação Social, como era frequente em outros municípios. Pioneiramente, antes mesmo da garantia do direito constitucional à Educação Infantil só conquistado em 1988, Araraquara já assegurava atendimento às crianças menores de seis anos e elabora na década de 1970, por iniciativa dos técnicos da Diretoria de Educação, a primeira organização didático-curricular para a então pré-escola, chamada de “Conteúdos Programáticos”, constituído das áreas: Linguagem Oral e Escrita, Ciências Sociais, Ciências Naturais e Pensamento Lógico Matemático. Os conteúdos ali previstos deveriam ser desenvolvidos por meio de atividades recreativas e de expressão artística. Entretanto, observava-se a permanência da ênfase em atividades rotineiras: entrada, café da manhã, atividades pedagógicas, higiene, almoço, repouso, atividades livres, jantar e saída, configurando uma estrutura e funcionamento higienista e ao mesmo tempo assistencialista, dissidente daquele caráter educativo anunciado por

⁵ Termo usado para definir as Secretarias de Assistência Social na atualidade.

ocasião da criação dos CERs⁶

Entre o final da década de 1970 e início de 1980, houve uma nova expansão do atendimento e, pela primeira vez, a organização didática e pedagógica foi implementada pela chamada: Proposta Curricular para a Educação Pré-Escolar, vinda da CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Essa proposta construída pela coordenação de suas equipes técnicas em colaboração com docentes das Universidades e outros especialistas, tinha como ação estratégica a discussão e apropriação da mesma pelo coletivo de professores das redes, sinalizando preliminarmente as críticas intensificadas ao final da década de 1980, extensiva aos nossos dias, às concepções preparatória e assistencialista dirigidas ao pré-escolar.

No final daquela década, ocorre uma nova expansão do atendimento através da implementação do chamado “Cinturão Saúde - Educação”. Elegeram-se os bairros das extremidades de Araraquara e neles foram construídos um Centro de Educação e Recreação ao lado de um Centro de Saúde, circundando toda a periferia do município. Paradoxalmente a iniciativa que a princípio poderia ser, em sua concepção, tributária do modelo higienista, na prática se constitui como vetor para sinalizar as especificidades de atendimento dos equipamentos de educação e saúde. Estabeleceu-se concomitantemente uma parceria com docentes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” do campus de Araraquara e em decorrências das sistemáticas discussões viabilizadas foi proposta ao então Departamento de Educação a criação da primeira equipe técnica multidisciplinar, composta por: pedagogo, psicólogo, nutricionista e assistente social. Assim em 1986, compôs-se a equipe com a função de organizar programas de capacitação continuada, de avaliação e de reorientação curricular. Sete anos mais tarde essa equipe foi recomposta e suas ações se orientaram prioritariamente para produzir um diagnóstico e análise da identidade, perfil e atuação pedagógica dos profissionais dos CERs. Os resultados serviriam de princípios para a elaboração de um novo currículo para os atendimentos de pré-escola, berçário e recreação⁷.

Em 1994, sob a coordenação da equipe técnica a Rede Municipal organizou com a participação de todos os grupos de profissionais da já então Secretaria Municipal de Educação a primeira versão do Manual de Procedimentos⁸ com o objetivo de orientar e sistematizar procedimentos para o atendimento às crianças. Embora o documento tenha um caráter mais técnico-administrativo, pois contém inclusive princípios de organização da gestão das instituições, ele se produz tangenciado pelo intenso debate no campo acadêmico sintetizado na defesa da urgente consolidação do caráter educativo como dinamizador das propostas curriculares para a educação da infância.

Estudos de Abramovay e Kramer (1984), Kramer (1986) e Kramer e Souza (1987) expressavam à época o movimento de defesa da função pedagógica para o pré-escolar, esboçado em concepções teóricas a respeito dos objetivos educativos e políticos de formação dos filhos da classe trabalhadora, as identidades dos profissionais das creches e do pré, além de orientações práticas para o trabalho pedagógico. Por sua vez proposições como as de Amorim (1986), Machado (1991), Deheinzelin (1994), apresentavam alternativas para a organização curricular das instituições denominadas de pré-escolas. Essas produções acadêmicas muito embora não discutissem o atendimento em creche, restringindo-se à reflexões sobre o pré-escolar, forneceram diretrizes para as organizações curriculares locais, em especial para Araraquara.

Na mesma conjuntura de políticas que promulga em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que concebe a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, é criada a Coordenação Geral de Educação Infantil na Secretaria de Educação Básica do Ministério de Educação – COEDI/MEC, com o objetivo de subsidiar aquela etapa,

⁶ Abreviação do nome dado às instituições educativas: Centro de Educação e Recreação.

⁷ Tal como nos dias atuais, a pré-escola atendia crianças de três a seis anos, os berçários compreendem os agrupamentos dos menores de três anos e a recreação atende as que são atendidas em período integral com idades entre três e seis anos.

⁸ O Manual de Procedimentos foi originalmente elaborado em 1994 e revisto em 2013. Nesse sentido, o MANUAL constitui um instrumento organizador das práticas educativas em sua dimensão mais propriamente técnico-administrativa.

formulando os pressupostos para uma política nacional de educação infantil e prestando assistência técnica aos estados e municípios no desenvolvimento de seus programas educacionais. Nos anos posteriores, as ações e estratégias de acompanhamento e qualificação das práticas educativas em Araraquara, foram subsidiadas pelas diretrizes expressas nos documentos de autoria daquela Coordenação.

Nos trabalhos publicados⁹ pela COEDI/MEC entre 1994 e 1996, foram observadas orientações para o funcionamento das creches e pré-escolas, considerando as especificidades de um currículo para a primeira etapa da educação básica. Esse conjunto de documentos e ações marcaram o início de uma Política Nacional para Educação Infantil cuja formulação decorre de um processo reconhecidamente amplo e democrático de consulta às redes de ensino/assistência e pesquisadores da área. Tais documentos, no contexto de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que seria promulgada em 1996, resgatava com vistas a superação, as dicotomias referentes à função social e educativa das creches e pré-escolas, ampliando o debate acerca da expansão do atendimento numa perspectiva de qualidade.

Orientados por essas diretrizes nacionais, em Araraquara, intensificou-se as formações iniciais e continuadas de educadores por áreas de atendimento – Pré-escola, Berçário e Recreação – e também específicas por temas como: brincadeiras, movimento, músicas e as áreas de conhecimento. Nesse mesmo cenário, realizou-se amplas discussões sobre o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - RCNEI (BRASIL, 1998) que, embora não tivesse caráter compulsório, visava contribuir para a qualificação das propostas curriculares da Educação Infantil, considerando no entanto, que estas deviam ser, tanto discutidas criticamente pelos atores responsáveis por sua organização e implementação, quanto adequadas às reais necessidades e especificidades de cada instituição e de seu contexto. Os estudos desses documentos instrumentalizaram, em âmbito municipal, as discussões de orientação curricular. Por sua vez as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, aprovadas pela Resolução CEB nº 01 (1999) definiam os princípios norteadores para a qualidade das propostas pedagógicas: éticos (autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum); políticos (direitos e deveres de cidadania, exercício da criatividade e do respeito à ordem democrática) e estéticos (sensibilidade, criatividade, ludicidade, qualidade de manifestações artísticas e culturais). Instruídos por esses documentos materializaram-se as Propostas Pedagógicas das Unidades Escolares e as Diretrizes Pedagógicas Municipais, constituídas com a participação efetiva de todos os atores da rede de Educação Infantil de Araraquara que continham os princípios para a reorganização pedagógica dos CERs e as orientações para a construção dos Projetos curriculares das diferentes modalidades de atendimento com a seguinte orientação:

Os Projetos Curriculares das diferentes modalidades de atendimento do CER devem ser construídos no dia-a-dia a partir do planejamento, através das atividades programadas, orientadas pela intencionalidade educativa do educador, visando, basicamente, possibilitar o desenvolvimento e a construção do conhecimento pelas crianças. (Araraquara, Diretrizes Pedagógicas Municipais 1997)

Foi organizada também, a segunda versão do Manual de Procedimentos aglutinando as sugestões e contribuições resultantes das reuniões de trabalho realizadas com todos os grupos de profissionais da Secretaria. Como se pode notar a seguir, o documento buscava superar seu caráter técnico-administrativo da primeira versão, vinculando-se às iniciativas de elaboração dos Projetos Curriculares das Modalidades:

Amplamente discutidas em reuniões e contatos da equipe com a direção da Secretaria e com os grupos de profissionais que atuam na área - diretoras,

⁹Política Nacional de Educação Infantil (1994); Por uma política de Formação do Profissional de Educação Infantil (BRASIL, 1994a), Critérios para um atendimento em creches que respeitem os direitos fundamentais das crianças (BRASIL, 1995); Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil (1996).

professores, recreacionistas e berçaristas - estas orientações constituem um primeiro passo na construção da Proposta Pedagógica dos CERs, bem como dos Projetos Curriculares referentes às diferentes modalidades de atendimento definidas: berçários, recreação, pré-escola e educação especial. Portanto, elas só ganham seu verdadeiro sentido no conjunto desses documentos, que explicitam as demais dimensões do trabalho educativo nos CERs: a dimensão doutrinária, indicada na Proposta Pedagógica, e a dimensão técnico-pedagógica, traduzida nos Projetos Curriculares das diferentes modalidades de atendimento. (Araraquara, Manual de Procedimentos, 2000)

Contrariando esse contexto de mais de cinco décadas de intensa mobilização no sentido de manter um pioneirismo na elaboração e implementação de ações e políticas não subordinadas às legendas partidárias que administraram o município, a partir da primeira década do século XXI, a secretaria de educação, representada pela equipe técnica passa a conviver com um hiato nas discussões sobre as questões curriculares, estabelecendo pouco contato com as políticas nacionais e o foco das mobilizações desloca-se para a elaboração do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV).

Mais tarde, em meados de 2009, um diagnóstico informal da equipe técnica mostrava uma profunda estagnação da rede e o caráter difuso das modalidades organizativas do cotidiano das crianças. Segundo este diagnóstico, as unidades educativas infantis haviam reduzido suas orientações curriculares a conteúdos extraídos de datas comemorativas, por áreas do desenvolvimento, listas de atividades, temas de pesquisa e/ou projetos de trabalho. Além disso, observava-se que atividades como desenhos, textos literários, jogos e brincadeiras dirigidas, já não eram mais praticadas. Lança-se sombras, produz-se dissidências e já não se observa mais intencionalidade nem mesmo nas ações de cuidado. As ações caracterizavam um retorno à concepção assistencialista onde os balizadores são o tempo e o cumprimento das rotinas, em detrimento das necessidades afetivas e cognitivas das crianças.

É neste período que os estudos de Barbosa (2008) e Silva (2008) foram concluídos corroborando objetivamente aquele diagnóstico. Esses estudos revelaram práticas caracterizadas por um perfil assistemático, sem clareza dos objetivos e o atendimento em creche em particular, se dava basicamente a partir das ações de cuidado negligenciando as ações com finalidade educativa. As autoras indicam uma clara filiação dessas práticas a um dos preceitos básicos da Pedagogia da Infância, que é a crença de que a criança possui em si todas as virtudes e forças necessárias ao seu processo de constituição. A Pedagogia da Infância, corrente teórica hegemônica no campo da Educação Infantil, compreende que a aprendizagem da criança é um processo que se dá numa lógica de construção e negociação de significados, constituindo-se por sua vez, no processo fundamental e o ensino vem em segundo plano complementando-a, pois segundo Malaguzzi (apud, Edwards, 1999) “a criança aprende não sendo ensinada, mas interagindo com o ambiente, com outras crianças, com os adultos, procurando resolver situações problemas que lhe são apresentadas, [...] o que a levaria a adquirir a capacidade de aprender” (p. 94).

Os resultados dessas pesquisas não podiam ser ignorados, era urgente a retomada de iniciativas que reordenassem o trabalho pedagógico, e a equipe técnica entendeu à época, que se tratava de produzir um novo documento que trouxesse referências práticas aos professores. A resposta veio com a elaboração em 2011 do documento, Orientações Curriculares da Pré- Escola, que estabelecia preliminarmente algumas áreas de conhecimento, temas e sugestões de atividades a serem desenvolvidas com as crianças durante todo o ano letivo. Entretanto ali não se expressava claramente uma concepção de educação infantil, suas diretrizes práticas embora sinalizassem um caráter educativo, eram permeadas de contradições e polissêmias do ponto de vista das orientações teóricas.

A insuficiência das diretrizes ali esboçadas e a persistência de práticas assistemáticas levaram a equipe técnica a buscar uma nova parceria com uma docente do departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp/Araraquara. O objetivo era construir indicações teórico-metodológicas que sustentassem o ensino como cerne de práticas pedagógicas comprometidas com a formação integral das crianças. Nesta direção a partir de 2012 desencadeou-se um conjunto de ações: cursos de extensão oferecidos a professores da rede; grupo de estudos com a equipe técnica da secretaria de educação das contribuições da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica

e finalmente a criação do Programa de Formação Continuada de Professores e Educadores denominado Cresça e Apareça.

No interior deste programa foram produzidas ações de revisão das concepções teóricas dos professores e educadores, apontando os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica como uma alternativa para a consolidação de práticas educativas intencionais que reconhecem no ensino dos conteúdos culturalmente produzidos a premissa de constituição das propriedades tipicamente humanas. Saviani (2012) nos lembra que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, adequada a uma finalidade e não um tipo qualquer de atividade. Lembra ainda que embora a educação não se reduza ao ensino, ela o contém e nesse sentido ele integra a natureza própria do fenômeno educativo.

Daquelas ações, destacamos os encontros de formação continuada de professores e educadores visando introduzir e aprofundar os conceitos centrais do referencial teórico adotado; a criação do Laboratório de Práticas na Educação Infantil constituído por professores e educadores que atuaram como co-formadores dos demais profissionais; a produção e publicação de boletins mensais contendo diretrizes teórico-práticas para o trabalho educativo; adequação ao referencial teórico das leituras e discussões produzidas nos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) e a proposição de um esboço da Proposta Curricular para a rede de Educação Infantil de Araraquara. A mudança de gestão que se deu em 2017, interrompeu essas ações e com elas o avanço da construção da Proposta Curricular, que então não chegou a objetivar-se.

Os avanços e recuos que se explicitam nesse percurso de construção dos pressupostos teóricos e curriculares da rede de Educação Infantil de Araraquara, devem ser compreendidos também como expressões das divergências entre forças progressistas que ora fazem com que avancemos e forças opostas condicionantes dos recuos. A história da Educação Infantil brasileira é um arquétipo dessas divergências e por essa razão, a história de Araraquara mantém com ela continuidades em diferentes momentos. Essas contradições que se objetivam historicamente são responsáveis pela construção da sociedade e segundo os preceitos marxistas, da própria individualidade humana. Nesse sentido, produzir as capacidades socialmente desenvolvidas pelo conjunto dos homens em cada individualidade (Saviani, 2012), exigirá uma permanente vigília aos momentos em que embora, a Educação Infantil esteja na sombra, deverá ser procurada na luz. Sob a luz podemos compreender que as crianças iniciam a jornada de produção de sua existência por meio de relações condicionadas historicamente, sob o princípio da cooperação entre os homens, que se materializa singularmente por meio de práticas educativas comprometidas em assegurar às crianças o domínio progressivo de sua consciência e humanização.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; KRAMER, Sonia. “O rei está nu”: um debate sobre as funções da pré-escola. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.1, n. 9, p. 27-38, 1984.
- ARARAQUARA. Secretaria Municipal de Educação. *Diretrizes Pedagógicas Municipais*, Araraquara, 1997.
- ARARAQUARA. Secretaria Municipal de Educação. *Manual de Procedimentos*. Araraquara, 2000.
- ARARAQUARA. Secretaria Municipal de Educação. *Orientações Curriculares da Pré-Escola*. Araraquara, 2011.
- BARBOSA. Eliza. Maria. *Educar para o desenvolvimento: críticas a esse modelo em consolidação da educação infantil*. 2008. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Ministério de Educação. COEDI. *Crerios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Brasília: MEC / SEF / DPEF / COEDI, 1995.

- BRASIL. Assembléia Legislativa. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei n.º 9.394/96. Brasília: Centro Gráfico, 20 de dezembro de 1996a. 68 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. COEDI. *Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1996b.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Secretaria da Educação Fundamental (SEF). *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.
- BRASIL. MEC. CNE. CEB. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Resolução CNE/SEB, 2009.
- CAMPOS, Maria Malta. *Dimensões Práticas. Educação Infantil*, São Paulo, n. 1, set. 2011.
- EHEINZELIN, Monique. *A fome com a vontade de comer: uma proposta curricular de educação infantil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 215 p.
- EDWARDS, Carolyn. (Org.). *As cem linguagens da criança: a abordagem Reggio Emilia na educação da primeira infância*. Porto Alegre: Artmed, 1999. 296 p.
- KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 2003. 305 p.
- KRAMER, Sônia. O papel social da pré-escola pública: contribuições para o debate. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 58, p. 77-81, ago.1986.
- KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange Jobim. Avanços, retrocessos e impasses da política de educação pré-escolar no Brasil. *Educação e Sociedade*, São Paulo, n. 28, p. 12-31, dez. 1987.
- MACHADO, Maria Lúcia. *A pré-escola é não é escola: A busca de um caminho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.163 p.
- MIRANDA, Marília Gouveia. Pedagogias psicológicas e reforma educacional. In: DUARTE, Newton (Org.) *Sobre o Construtivismo*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 23-40.
- SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, *Proposta Curricular para a Educação Pré-escolar*. 2. ed. São Paulo,1991.
- SAVIANI, Demerval. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2012. 137 p.
- SILVA, Janaina Cassiano. *Práticas educativas: a relação entre cuidar e educar e a promoção do desenvolvimento infantil à luz da Psicologia Histórico-Cultural*. 2008. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de.; SARMENTO, Manuel Jacinto. (Org.). *Infância (in) visível*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007, p.25-53.

Recebido em: 06/06/2018

Aceito em: 15/07/2018

Publicado em: 31/08/2018